

**Evento Virtual
10 de julho de 2024**



2º Encontro de Pesquisas em Ensino,
Diversidade e Cultura (RENOEN/UFRPE)

“A GESTÃO, A ECONOMIA E O DIREITO PARECEM SER O CAMPO DE ESTUDO PREFERIDO PELOS ESTUDANTES EM DETRIMENTO DAS CIÊNCIAS E DA ENGENHARIA”: AS REPERCUSSÕES MERCADOLÓGICAS DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO NAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS

“MANAGEMENT, ECONOMICS AND LAW APPEAR TO BE THE PREFERRED FIELD OF STUDY AMONG STUDENTS, COMPARED TO THE SCIENCES AND ENGINEERING: THE MARKETING REPERCUSSIONS OF ANGOLAN HIGHER EDUCATION ON NATIONAL STRATEGIES

GESTIÓN, ECONOMÍA Y DERECHO PARECEN SER LOS CAMPOS DE ESTUDIO PREFERIDOS POR LOS ESTUDIANTES FRENTE A CIENCIAS E INGENIERÍA: LAS REPERCUSIONES DEL MERCADO LA ENSEÑANZA SUPERIOR ANGOLEÑA EN LAS ESTRATEGIAS NACIONALES

PINTO, W. R. M.
Universidade Estadual da Bahia
wreimao@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a emergência dos Cursos Superiores da área de conhecimento de Ciências Sociais, Comércio e Direito, segundo a categoria da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), após o fim do monopólio estatal na Educação Superior de Angola, especialmente com o término da Guerra Civil em 2002, e sua consolidação como as principais formações na Educação Terciária Angolana. A abordagem metodológica é de uma pesquisa qualitativa através do método exploratório-descritivo com a consulta de fontes bibliográficas em documentos oficiais nacionais e internacionais e da literatura especializada. A opção mercadológica por tais Cursos, que são de menor investimento e fácil abertura e licenciamento, impõe limitações as políticas públicas, especialmente de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os resultados da pesquisa confirmam uma alta concentração territorial e institucional destes Cursos, déficits de quadros profissionais considerados estratégicos em outras áreas e as restrições nos planos nacionais, bem como revisão constante e ônus do planejamento angolano. É constatado uma tendência de mercantilização do Ensino Superior Angolano, bem o arrefecimento da Educação como um Bem Público e a sua perda como projeto de desenvolvimento nacional e local.

Palavras-chave: Ensino Superior Angolano; Mercantilização do Ensino Superior; Universidades Africanas.

Abstract: This paper analyzes the emergence of higher education courses in the areas of Social Sciences, Commerce and Law, according to the UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) category, after the end of the state monopoly on higher education in Angola, especially with the end of the Civil War in 2002, and their consolidation as the main courses in Angolan tertiary education. The methodological approach is qualitative research using the exploratory-descriptive method, with consultation of bibliographic sources in national and international official documents and specialized literature. The market's choice of these courses, which are less expensive and easier to open and license, imposes limitations on public policies, especially in the area of science, technology and innovation. The results of the research confirm a high territorial and institutional concentration of these courses, deficits in professional staff considered strategic in other areas and the restrictions in national plans, as well as the constant review and burden of Angolan planning. There has been a trend towards the mercantilization of angolan higher education, as well as the cooling of education as a public asset and its loss as a national and local development project.

Keywords: Angolan Higher Education; Mercantilization of Higher Education; African Universities.

Resumen: Este trabajo analiza el surgimiento de cursos de enseñanza superior en las áreas de Ciencias Sociales, Comercio y Derecho, según la categoría de la UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura), tras el fin del monopolio estatal sobre la enseñanza superior en Angola, especialmente con el fin de la Guerra Civil en 2002, y su consolidación como los principales cursos de la enseñanza terciaria angoleña. El enfoque metodológico es la investigación cualitativa mediante el método exploratorio-descriptivo con fuentes bibliográficas en documentos oficiales nacionales e internacionales y literatura especializada. La opción del mercado por estos cursos, menos costosos y más fáciles de abrir y autorizar, impone limitaciones a las políticas públicas, especialmente en el ámbito de la ciencia, la tecnología y la innovación. Los resultados de la investigación confirman una elevada concentración territorial e institucional de estos cursos, déficits de personal profesional considerado estratégico en otras áreas y restricciones en los planes nacionales, así como la constante revisión y carga de la planificación angoleña. Ha habido una tendencia a la mercantilización de la enseñanza superior angoleña, así como un enfriamiento de la educación como bien público y su pérdida como proyecto de desarrollo nacional y local.

Palabras clave: Enseñanza Superior Angoleña; Mercantilización de Enseñanza Superior; Universidades Africanas.

Introdução

O Sistema Educacional é vinculado aos planejamentos centrais dos países para suas estratégias de desenvolvimento de profissionais mais qualificados, criação de novas bases econômicas, promoção da ciência e tecnologia, bem como redução de desigualdades e outras áreas que gestores julgam ser deficientes.

A constante busca de soberania tecnológica e científica, especialmente de nações pobres perpassa por formação de profissionais com os conhecimentos científicos, culturais e políticos para o desenvolvimento nacional, bem como o direcionamento de planejamentos, recursos e esforços em certas políticas públicas educacionais, como na compreensão o que um país entende como Ciência, Tecnologia e Inovação em seu processo nacional num ambiente globalizado.

Angola, a exemplo de outros países africanos, teve o Ensino Superior nacional tão recente quanto sua Independência, passou por diversos momentos da construção de suas estratégias nacionais, que muitas vezes, foram limitadas pela longa e cruenta guerra civil que só foi finalizada em 2002, quando com novos debates e criação de marcos institucionais e educacionais de planejamento.

O estímulo de determinadas carreiras acadêmicas para impulsionarem um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a construção de uma estrutura interna científico-tecnológica é uma realidade presente, não apenas em Angola, mas em vários países de economias em desenvolvimento com alcance limitado (ou até sem êxito) em suas políticas educacionais e objetivos nacionais.

O principal questionamento da pesquisa é o debate do porquê dos cursos superiores de Ciências, Tecnologias e Engenharias não são um atrativo aos alunos angolanos como as formações de Ciências Sociais, Comércio e Direito? Neste sentido, iremos ter como objetivos na pesquisa a apresentação do Ensino Superior Angolano, as condicionantes da Educação Terciária e os objetivos do Planos Nacionais, bem como seus resultados na trajetória social-econômica do país.

1. Metodologia

A partir da taxonomia de Marconi e Lakatos (1999), este trabalho se propõe ser uma *Pesquisa Aplicada*, porque visa levantar questões na problemática do Ensino Superior Angolano e as suas estratégias nacionais. Num *Estudo Exploratório*, para levantar ideias e discernimentos sobre o tema, bem como uma *Abordagem Descritiva*, ao analisar e descrever o fenômeno num espaço-tempo.

As fontes serão *Bibliográficas* através de documentos primários, como os relatórios e estudos de agências multilaterais e órgãos oficiais, e secundários, como artigos, livros e publicações especializadas sobre o tema.

2. Evolução do Ensino Superior Angolano

A dominação colonial europeia não se deu apenas pela força militar e exploração econômica, mas também da ideologia transmitida pelo sistema de ensino do colonizador, na América Espanhola mesmo tivemos o exemplo paradigmático do Peru (Bulhões; Fonseca; Pinto, 2018) em que foram fundadas várias universidades coloniais associadas ao ideal metropolitano.

Nas suas posses ultramarinas africanas, Portugal, de acordo com Santos (2010), uma nação europeia na semiperiferia do capitalismo mundial e logo, um projeto colonial semiperiférico, só implantou suas universidades tardiamente no Continente Mãe (e num momento do início da luta armada anticolonial): em 1962 em Angola e Moçambique foram fundadas suas universidades, visando suas elites e estratos médios ligados ao projeto ideológico e econômico metropolitano.

A Universidade Colonial em Angola teve alcance restrito em poucas cidades e cursos, chegou a 4.176 alunos matriculados em 1974 (Carvalho, 2014), um ano antes da Independência, quando 85 % da população angolana analfabeta.

Após a prolongada guerra de libertação, Angola conquistou sua soberania em 1975, o sistema educacional foi nacionalizado e a Educação Terciária passou ser aberta a todos os angolanos na única universidade existente: a Universidade Agostinho Neto (UAN), como passou a ser chamada a universidade nacional em homenagem ao patriarca da Independência Angolana, Agostinho Neto, em 1985.

O sistema educacional, a partir do marxismo pelo olhar angolano, sofreu reveses da guerra civil, eclodida após a Independência em 1975, drenando recursos, forçou migrações, “fuga de cérebros”, baixo rendimento e desestruturação. A UAN teve 6.534 alunos em 1991 (UNESCO, 1993).

A Educação Superior Angolana deixou de ser um monopólio estatal em 1992, numa fase de distensão política da oposição e governo, nova Constituição e eleições gerais, além da queda do socialismo soviético e europeu, quando foi autorizada a primeira universidade privada (em funcionamento a partir de 1999).

A guerra civil acabou em 2002 e trouxe a corrida de universidades privadas pela “a necessidade de mão-de-obra qualificada e novos conhecimentos à reconstrução nacional e o *boom* das *commodities* nos anos 2000 (Angola é um grande exportador de petróleo e diamantes)” (Pinto, 2003, p. 3).

O Estado Angolano reformulou suas políticas públicas com o fim do conflito

interno, mesmo com as limitações orçamentárias, o Ensino Superior Público teve ampliação com a divisão de nove unidades da Universidade Agostinho Neto, então a única universidade estatal, em novas universidades nacionais pelo país em 2009.

O Ensino Superior teve uma procura gigante, liderada pelo setor privado com poucas balizas legais e de qualidade, virou "um "mercado lucrativo" [...] e a ver pelas ofertas de serviços provenientes do exterior do País fora do controlo [...] do Estado" (Angola, 2005, p. 9). As matrículas foram de 12.566 em 2002 para 140.016 em 2011, um aumento de 1.041 % (Carvalho, 2014).

3. Estratégias de Desenvolvimento e Modernização Angolanas

Angola emergiu no novo milênio num pós-guerra civil para reconstrução nacional e novo contexto geopolítico que flexibilizou sua política e economia do planejamento central do regime marxista anterior para elaborar novos modelos de desenvolvimento mistos com o capitalismo nacional e globalizado, agora sem a exclusividade estatal na oferta de cursos, instituições e vagas na Educação Superior.

Num contexto geral, a economia angolana, prejudicada por décadas de conflito e na periferia da divisão internacional do trabalho, se caracteriza (Banco Mundial, 2023):

- por grande informalidade, baixa produtividade e maioria de trabalhos não qualificada e concentrada expressivamente na agricultura, tendo poucos setores dinâmicos como a mineração, finanças e telecomunicações;
- Um mercado formado de microempresas, especialmente de sociedades unipessoais ou com até cinco funcionários, que produzem frutas e legumes, destacando o comércio retalhista;
- A Administração Pública, a exemplo de outras nações africanas e de economias em desenvolvimento, é um emprego com mais proteção legal e garantia remuneratória que outros setores angolanos.

Portanto, natural que países da periferia do capitalismo global tenham seus projetos de modernização econômica envolvendo a criação de carreiras científicas,

institutos científicos e centros de desenvolvimento, mesmo que, no determinado momento, ainda não haja um fluxo de demanda de serviços, mas integrem uma nova base de soberania científica, cultural e acadêmica.

Não só isso, agora teve que planificar estratégias, incluindo cursos e quadros necessários ao desenvolvimento do país, especialmente de Ciências Exatas, Tecnologias, Engenharias e outras carreiras científicas tão carentes, já que todo o Sistema de Ensino teve graves constrangimentos pelo longo conflito interno.

Um dos seus primeiros marcos foi a Estratégia de Longo Prazo: Angola 2025, formulada em 2007 (Angola, 2007), que já estabelecia a certas formações de recursos humanos para atividades econômicas e priorizava os diversos ramos das Engenharias e Ciências (como Bioquímica, Biociências, Biologia Aplicada).

Um dos primeiros diagnósticos já da incipiente abertura do Ensino Superior Angolano foi da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, 2008) que sinalizava que cursos de Direito e Gestão eram mais populares entre os discentes que Engenharia e Ciências.

Objetivando criar uma estrutura legal, estratégica e de financiamento foi estabelecido a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação pelo Decreto Presidencial n.º 201/2011 que também percebia que *“A Gestão, a Economia e o Direito parecem ser o campo de estudo preferido pelos estudantes em detrimento das Ciências e da Engenharia”* (Angola, 2011, p. 3585, grifo nosso), para fomentar outras carreiras superiores e centros de investigação.

As análises dos órgãos governamentais e entidades multilaterais das carências de carreiras em Angola promoveram novos debates, incluindo dois marcos institucionais que, entre várias metas, se objetivaram a criar esforços para suprir a oferta de Cursos Superiores de Ciências, Tecnologias e Engenharias:

- Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020 (Angola, 2012) que, a exemplo do documento Angola 2025, descrevia os cursos de Engenharia, Tecnologia e Ciências em déficit de oferta e como áreas estratégicas, e que iniciativas a ser realizadas para priorizar estes cursos;
- Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 (Angola, 2012), que também discorria sobre a escassez de cursos universitários de Engenharia e Tecnologias, bem como o planeamento para criação de infraestrutura a médio

prazo para tais cursos e também da área de saúde.

Estes são os primeiros planos de médio prazo em Angola no seu mais longo tempo de paz, legitimados pela Constituição de 2010 e as eleições gerais de 2012.

4. Resultados

O diagnóstico de áreas com carência de formação superior, bem como um enquadramento de marcos institucionais e estratégicos ao desenvolvimento nacional teve um dos pontos de inflexão na queda dos preços das commodities de petróleo de 2014 que impactou no Estado, mercado e famílias, reduzindo os recursos públicos, bem como o aumento do custo de vida e diminuindo as rendas das famílias, além de cautela nos investimentos privados neste momento.

As estatísticas específicas e consolidadas da Educação Terceária Angolana vieram a partir dos Anuários Estatísticos do Ensino Superior de 2014, elaboradas pelo Ministério de Ensino Superior, órgão criado após a Carta Magna de 2010.

A partir dos últimos Anuários Estatísticos do Ensino Superior disponíveis dos grupos de Cursos Superiores mais destacados pela classificação da UNESCO:

TABELA 1: Evolução percentual de Alunos Matriculados nos principais grupos de Cursos Superiores na Classificação da UNESCO

CURSOS SUPERIORES	2016	2017	2018	2019
Agricultura	1,0	1,2	1,4	1,0
Ciências	2,6	2,4	2,5	3,0
Ciências Sociais, Comércio e Direito	44,6	44,1	44,6	44,0
Educação	23,6	23,1	20,7	22,0
Letras e Artes	1,4	1,7	1,6	2,0
Saúde e Proteção Social	12,3	12,8	13,6	15,0
Engenharia, Indústria da Transformação	13,6	13,7	14,5	12,0

Fonte: Elaboração a partir dos dados dos Anuários Estatísticos do Ensino Superior de 2016 a 2019 (Angola, 2016, 2017, 2018 e 2019)

5. Discussões

O Ensino Superior na África Subsaariana, a partir da década de 90 com a

abertura massissa ao setor privado e a pressão de uma jovem população pela formação, as agências multilaterais (Banco Mundial, 2010; 2013; UNESCO, 2006) perceberam que a primazia dos cursos de Ciências Sociais, Gestão, Economia e Direito, especialmente por instituições particulares não universitárias, por serem de baixo custo, fácil abertura, pouca investigação em grandes áreas urbanas e respondem a procura (imediata) de emprego dos egressos.

Angola possui 100 Institutos de Ensino Superior (IES), sendo 33 estatais e 67 privados, confirmando uma “Luandização” com mais de 45 IES concentradas na sua capital (Angola, 2022), o maior centro urbano, político e econômico.

Apesar dos esforços e aportes nas estratégias do PNFQ 2012-2020 e PND 2013-2017, a construção de centros de investigação, laboratórios e projetos nacionais e incorporação quadros em Ciências, Tecnologias e Engenharias permanecerem aquém do esperado em tais planeamentos.

Assim, parte das formações superiores foram direcionadas, seja via visão mercadológica ou da demanda, em cursos de reduzido custo e baixo grau de investigação em comparação com outras carreiras académicas, além de uma potencial empregabilidade no setor de serviços, especialmente no setor público já que o mercado privado é majoritariamente pequeno e informal.

A perda da relevância do Ensino Superior Público reflete na mercantilização da Educação Superior na consolidação neoliberal nas políticas públicas, inclusive com a cobrança de emulamentos e taxas no Ensino Público em normas recentes, deixando a Educação como um bem público para novas forças do mercado.

É um reflexo da própria descapitalização da Universidade Pública, além da própria da redução da ideia da Universidade Nacional como um projeto de Estado-nação (Santos, 2011), basta recordar que quando os sistemas de ensinos foram nacionalizados em 1975 com a conquista da Independência, toda a educação foi concebida como um projeto de superação do legado colonial e modernização científica, cultural e econômica de um país recém soberano, em que a universidade formariam as elites condutoras e técnicas do desenvolvimento nacional.

Afinal, há um mercado transnacional do Ensino Superior com imperiosidades para abertura e flexibilidade das regulações às IES privadas em Angola, especialmente com grupos portugueses e brasileiros, que obedecem não uma lógica de modernização e desenvolvimento nacional, mas de interesses econômicos globais, tanto que a oferta formativa de vagas é de quase 80 % das instituições privadas nos

últimos anos (Pinto, 2023), o não significa que atendam as necessidades das estratégias nacionais de formação superior de mão-de-obra.

A orientação lucrativa no Ensino Superior gera a “crescente oferta formativa de cursos considerados “quadro e giz”, nas áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito e Ciências de Educação” (Buza; Leher; Canga, 2022, p. 25)

Considerações Finais

Angola, com seu recente Ensino Superior, têm os impactos semelhantes de outras nações nas franjas do capitalismo global, em que a demanda e formação de quadros superiores em cursos, muitas vezes, periféricos as necessidades de desenvolvimento nacional, portanto as nações acabam submetendo seu projeto de soberania às políticas públicas favoráveis à globalização econômica.

Não temos um processo científico, inovação e tecnológico nacional vantajoso ou inserção internacional equivalente, mas numa nova dependência e uma desfavorável posição na divisão internacional do trabalho.

O atraso científico não é algo por acaso em países periféricos como Angola, inclusive, como percebemos na inibição de carreiras de Ciências, Tecnologias e Engenharias em detrimento de cursos mais vantajosos econômica e institucionalmente, limitando as estratégias de desenvolvimento nacional e uma soberania tecnológica e de inovação, provocando restrições no espaço produtivo da globalização econômica, e, quando não, permanecendo como um fornecedor primário de commodities e produtos de baixo valor agregado.

A nação africana, como outros países do Sul Global, precisam uma democratização real do Educação, incluindo o Ensino Superior, para uma cooperação local e internacional para um desenvolvimento que não privilegia alguns cursos pensados exclusivamente no lucro de conglomerados privados da Educação, mas também para toda a sociedade e sua modernização nacional num processo global, todavia não excludente e que crie não novas dependências

Referências

ANGOLA. **Anuários Estatísticos do Ensino Superior**. Luanda: Ministério do Ensino Superior, 2016, 2017, 2018 e 2019.

ANGOLA. **Estratégia de Longo Prazo:** Angola 2025. Luanda: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: < https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~e_disp/minfin033817.pdf >, Acesso em: 20 jul. 2024.

ANGOLA. **Lista de Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas.** Luanda: Ministério do Ensino Superior: 2022. Disponível em: < https://mescti.gov.ao/fotos/frontend_22/gov_documentos/lista_atualizada_de_ies_publicas_e_privadas-dezembro_de_2022_623872586398a206b49df.pdf >, Acesso em: 20 Jul. 2024.

ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017.** Luanda: Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Territorial, 2012. Disponível em: < https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20121201_-_plano_nacional_de_desenvolvimento_-_2013-2017.pdf >, Acesso em: 20 Jul. 2024.

ANGOLA. **Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020.** Luanda: Ministério da Administração Pública, 2012.

ANGOLA. **Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.** Decreto Presidencial n.º 201, de 20 de julho de 2011. Diário Oficial da República de Angola: Luanda, 2011.

BANCO MUNDIAL (BM). **Acelerando o Passo.** Educação Terciária para Crescimento Económico na África Subsaariana. Banco Mundial: Washington, 2010. Disponível em: < <https://documents1.worldbank.org/curated/zh/228501468191945782/pdf/462750PUB0SPAN101Official0Use0Only1.pdf> >, Acesso em 20 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL (BM). **Bons Empregos para a Juventude Angolana:** Oportunidades, Desafios, e Orientações de Políticas - Relatório de Política. Banco Mundial: Washington, 2023. Disponível em: < <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/099210502232360806/p174737020b1d101709def0fd1e971879f0> > , Acesso em 20 Jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **El camino hacia la Excelencia Académica:** La constitución de Universidades de Investigación de Rango Mundial. Banco Mundial: Washington, 2013. Disponível em: < <https://documents1.worldbank.org/curated/zh/647051468157515147/pdf/646680PUB0SPAN070Aug27201300PUBLIC0.pdf> >, Acesso em 20 Jul. 2024.

BULHÕES, C. B. M.; FONSECA, J. S. da e PINTO, W. R. M. Gestão Universitária Peruana in PINTO, S. C. M. e CONCEIÇÃO, L. da S. (Org.) **Administração Sem Fronteiras**, São Paulo: All Print, 2018, v. 3, p. 123-139.

BUZA, A. G., LEHER, R., & CANGA, J. L. O Público e o Privado diante da Mercantilização da Educação em Angola in **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, nº 42, 01-29, 2022. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/view/53498/32426> >, Acesso em: 20 Jul. 2024.

CARVALHO, P. Cursos de Pós-graduação em Angola, p. 27-40 in: **África Contemporânea em Cena: Perspectivas Interdisciplinares**. PANTOJA, Selma, BERGAMO, Edvaldo A., SILVA, Ana Cláudia (Org.) São Paulo: Intermeios, 2014, p. 27-40.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). Science, Technology and Innovation Policy (STIP). **Review of Angola**. UNCTAD: New York and Geneva, 2008. Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/sdtestict20081_en.pdf >, Acesso em: 20 Jul. 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Angola: opções para a reconstrução do sistema educativo**. UNESCO: Paris, 1993. Fonte Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000152009> >, Acesso em: 20 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Growth and expansion of private higher education in Africa**. UNESCO: Paris, 2006. Fonte Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150255> >, Acesso em: 20 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Linhas Mestras para a Melhoria do Subsistema de Ensino Superior**. Luanda: Secretaria de Estado do Ensino Superior, 2005. Disponível em: < <https://planipolis.iiep.unesco.org/2005/linhas-mestras-para-melhoria-da-gestao-do-subsistema-do-ensino-superior-5166> >, Acesso em: 20 jul. 2024.

PINTO, W. R. M. O Crescimento do Ensino Superior Privado em Angola: Reflexões e Impactos in **II Seminário de Políticas Públicas Educacionais**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 17 e 18 de novembro de 2022. Disponível em: < <http://www2.uesb.br/eventos/politicaspublicas/wp-content/uploads/2023/06/Eixo-3-.pdf> > , Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, Boaventua de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**, v. 4. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventua de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.